

COGNITIO JURIS – Vol. 10, No. 32 – Dezembro de 2020

Os artigos publicados neste número estão relacionados abaixo, organizados em ordem alfabética.

Cognitio Juris
Volume 10 – Número 32 – Dezembro de 2020
ISSN 2236-3009



Imagem: Igreja da Ressurreição do Salvador sobre o Sangue Derramado – São Petersburgo

Apresentação

A Revista Cognitio Juris chega ao seu trigésimo segundo número trazendo um amplo conteúdo jurídico extremamente atualizado.

As edições da Cognitio Juris são caracterizadas pela ampla diversidade de temáticas abordadas no campo do direito, abordando sobre as mais variadas matérias, tais como: Biodireito, Direito Ambiental, Constitucional, Internacional, Consumidor, Filosofia do Direito entre outros; afinal de contas, a intenção da Cognitio Juris é – através dos artigos científicos jurídicos apresentados em cada edição – apresentar um conhecimento jurídico inter e multidisciplinar moderno e pertinente com as transformações mais relevantes da sociedade contemporânea, para fornecer subsídios na resolução dos conflitos que afetam a harmonia social.

A sociedade atual vive em um período de rápida difusão de informações através dos meios de comunicação virtuais. Temos sim muita informação disponível, mas pouco dela pode ser aproveitada e transformada em conhecimento. Precisamos, em verdade, modificar alguns valores e transformar a nossa sociedade em uma “sociedade do conhecimento”.

A maneira de se transformar uma sociedade e melhorar a qualidade de vida de cada cidadão é através da educação, e a melhor maneira para conseguirmos tal transformação é disponibilizar o conhecimento científico a todos, de maneira gratuita. – Esse é o papel da Cognitio Juris, como elemento que visa modificar e melhorar o mundo em que vivemos.

Nossos votos são de um proveitoso estudo.

Markus Samuel Leite Norat

Membro-Diretor Geral, Científico e Editorial

EDIÇÃO IMPRESSA COMPLETA

SUMÁRIO

Sobre a Revista.....	011
Conselho Científico.....	013
Diretrizes.....	030
Enviar Artigos.....	032
Apresentação.....	033

ATENÇÃO: O acesso e leitura de todos os artigos publicados na Revista Cognitio Juris é, sempre foi e sempre será, inteiramente aberto e gratuito. Entretanto, momentaneamente, o site da Revista Cognitio Juris está passando por várias atualizações e reformas internas, o que pode causar a indisponibilidade temporária das páginas mais antigas. Estamos trabalhando incansavelmente para atualizar e modernizar essas páginas o mais rápido possível. Assim que os trabalhos de manutenção forem finalizados, o acesso e leitura de todas as páginas antigas serão restabelecidos.

ARTIGOS

A AMPLIAÇÃO DA DEFESA DA SOCIEDADE DE CONSUMO A PARTIR DA APLICAÇÃO DA TEORIA DO DIÁLOGO DAS FONTES

Jéverson Luís Bottega - **Página 035**

A CONDIÇÃO DE AGENTE DA MULHER COMO FATOR DE MUDANÇA SOCIAL: A

IMPORTÂNCIA DAS POLÍTICAS PÚBLICAS EM AMARTYA SEN

*Tássia A. Gervasoni; Rafaela Rovani de Linhares - **Página 060***

A EDUCAÇÃO COMO DIREITO COLETIVO NA CONSTRUÇÃO DA CIDADANIA E DIGNIDADE DA PESSOA HUMANA: A REALIDADE DE UM ESTADO DE COISAS INCONSTITUCIONAL

*Maria Cristina Vidotte Blanco Tarrega; Felipe Freitas de Araújo Alves; Ana Patricia Ribeiro Approbato - **Página 094***

A FALTA DE UMA AVALIAÇÃO NACIONAL DE RISCO DE LAVAGEM DE DINHEIRO E FINANCIAMENTO DO TERRORISMO: CONSEQUÊNCIAS PARA O SISTEMA ANTILAVAGEM DE DINHEIRO E CONTRA O FINANCIAMENTO DO TERRORISMO NO BRASIL E PARA A DEMONSTRAÇÃO DE SUA EFETIVIDADE

*Frederico Skora Lieberenz - **Página 122***

A IMPORTÂNCIA DAS UNIDADES DE USO SUSTENTÁVEL

*Maíssa Antunes Teixeira Prestes de Souza; Alencar Frederico Margraf; Eduarda Albuquerque; Rafael de Lazari - **Página 172***

A (IN)CONSTITUCIONALIDADE DO USO DA INTELIGÊNCIA ARTIFICIAL NO PODER JUDICIÁRIO

*Valdiney da Silva Nogueira - **Página 192***

A POLÍTICA INTERNACIONAL DE “GUERRA ÀS DROGAS” NO CONTEXTO DA TRÍPLICE FRONTEIRA AMAZÔNICA

*Mônica Nazaré Picanço Dias; Daniel Britto Freire Araújo - **Página 223***

A RESPONSABILIDADE POR DANOS AMBIENTAIS DECORRENTES DO USO DE AGROTÓXICOS: REPERCUSSÃO NA SAÚDE E SEUS ASPECTOS ECONÔMICOS NO AGRONEGÓCIO

*Mariana Lucas Chagas; Rildo Mourão Ferreira – **Página 245***

DIREITOS DA PERSONALIDADE: CONSTRUÇÃO NORMATIVA E SUA EFETIVIDADE NO DIREITO DAS FAMÍLIAS

*Célio Roberto Correa; Gilson Bonato; Jéssica Jane de Souza – **Página 268***

ENFRENTANDO A COVID-19 SEM QUE A AGRICULTURA FAMILIAR PERCA OS SEUS GANHOS DE DESENVOLVIMENTO: UMA ANÁLISE DA LEI Nº 13.979, DE 2020

*Bruno Gomes Bahia; André Ricardo Fonseca da Silva – **Página 298***

FEMINICÍDIO: ACERCA DA POSSIBILIDADE DA SUA APLICAÇÃO EM CASOS DE HOMICÍDIO DE MULHERES

*Cristina Nunes da Silva; Julian Nogueira de Queiroz – **Página 332***

LEI SANSÃO: APONTAMENTOS SOBRE A LEI Nº 14.064, DE 29 DE SETEMBRO DE 2020

*Roberto Augusto de Carvalho Campos; Ivanira Pancheri – **Página 351***

MINISTÉRIO PÚBLICO BRASILEIRO: ENTRE PASSIVIDADE E ATIVISMO, SUA RECONSTRUÇÃO NACIONAL E SOCIAL

*José Farias de Souza Filho – **Página 400***

MUITO ALÉM DO CONTROLE: A ATUAÇÃO DO TCU COMO ÓRGÃO DE SUPERVISÃO E REVISÃO REGULATÓRIAS DAS AGÊNCIAS REGULADORAS

*Fernando Ferreira Júnior – **Página 428***

O PAPEL DAS SERVENTIAS EXTRAJUDICIAIS NA DESJUDICIALIZAÇÃO DAS QUESTÕES RELATIVAS À GUARDA, VISITAÇÃO E PENSÃO ALIMENTÍCIA DE MENORES DE IDADE

*Fellipe Vilas Bôas Fraga; Bruno Bastos de Oliveira – **Página 474***

OS REFLEXOS DO CÓDIGO FLORESTAL BRASILEIRO NO AGRONEGÓCIO

*Paloma Pflüger Barbosa; Rildo Mourão Ferreira - **Página 506***

RISCO E PANDEMIAS: APLICABILIDADE DO PRINCÍPIO DA PRECAUÇÃO AO SARS-COV-2

*Ingrid Maria Sindeaux Baratta Monteiro; André Studart Leitão; Taís Vasconcelos Cidrão - **Página 531***

SILÊNCIO CONSTITUCIONAL E COMUNICAÇÃO ENTRE ATMOSFERAS SEMÂNTICO-PRAGMÁTICA NO SISTEMA JURÍDICO: UMA ANÁLISE A PARTIR DA VISÃO SISTÊMICO-CONSTRUCIONISTA

*Arilson Garcia Gil - **Página 549***

UMA BREVE CONSIDERAÇÃO SOBRE A CONTRIBUIÇÃO DO MOVIMENTO FEMINISTA PARA A LEGISLAÇÃO BRASILEIRA

*Denise Oliveira Dias; Bruna Ribeiro Fernandes - **Página 573***